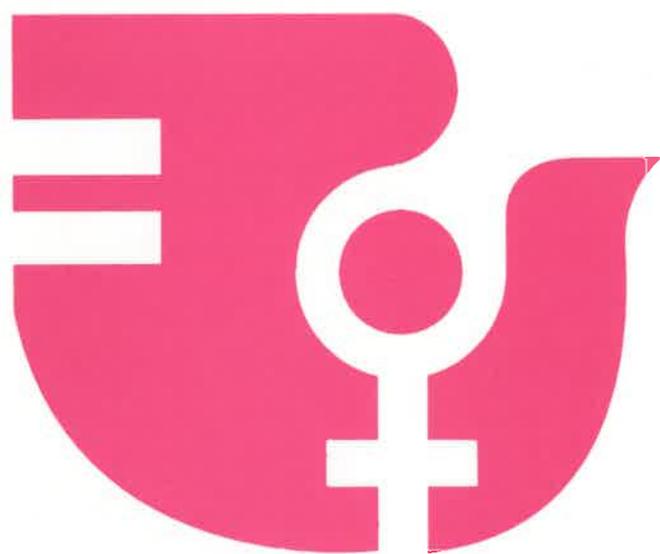


Conceitos de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento

Uma abordagem básica



Instituto
Internacional
de
Pesquisas
e
Capacitação
das
Nações
Unidas
para
a
Promoção
da
Mulher

INSTRAW

Publicação do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – GDF
Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher
Brasil

1996 R
GOV-GLO
PT

Conceitos de Gênero
no Planejamento do
Desenvolvimento
Uma abordagem básica

Coordenadora Geral
Instituto de Estudos
e Pesquisas Sociais

Conceitos de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento

Uma abordagem básica

Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher
Cônselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal
Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher
Brasil

Ficha Técnica:

Título original: *Gender Concepts in Development Planning*
1995 – INSTRAW – ONU

(Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação das Nações Unidas
para a Promoção da Mulher)

TÍTULO EM PORTUGUÊS:

Conceitos de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento
Uma abordagem básica

DOCUMENTO ORIGINAL PREPARADO POR:

Lezak Shallat, INSTRAW Consultant
Ursula Paredes, INSTRAW Social Affairs Officer

TRADUÇÃO:

Sylma Carvalho Corrêa

REVISÃO:

Maria Teresa Augusti
Maria Ricardina S. de Almeida
Neusa de Castro Zimmermann

PRODUÇÃO DA EDIÇÃO EM PORTUGUÊS:

Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal
Fórum Nacional de Dirigentes de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher

APOIO PARA TRADUÇÃO E PUBLICAÇÃO:

Fundo para Equidade de Gênero – CIDA
Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – ACIDI (CIDA)
Governo do Distrito Federal

Apresentação

O tema gênero e desenvolvimento está, atualmente, na pauta de discussões. Há uma grande expectativa de que a Plataforma de Ações da IV Conferência Mundial sobre a Mulher passe do plano das intenções e dos acordos internacionais para a concretude das ações. Todos os envolvidos e, mesmo aqueles, recentemente, tocados pelo assunto, têm demonstrado uma disposição surpreendente para contribuir na formulação e implementação de instrumentos e medidas eficazes que acelerem o processo de superação das desigualdades entre mulheres e homens – condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer nação.

Um texto simples e claro faz deste livro um instrumento de fácil manuseio, básico – como seu subtítulo indica – para se entender um pouco mais o complexo conceito de “gênero”: como ele se constitui, seu jogo de espelhos, sua epifania às avessas.

Ter maior clareza como as desigualdades entre mulheres e homens são forjadas, reproduzidas no tecido das relações humanas; considerá-las, juntamente com o viés de classe e raça, no planejamento de políticas públicas, buscando formas de desconstruí-las; avaliar previamente o impacto que as políticas podem trazer, diferentemente, para mulheres e homens – é fundamental, é urgente para que se utilize melhor os escassos recursos públicos e para que se garanta um desenvolvimento com justiça

O Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, trazendo a público essa tradução, sente, não só ter cumprido um agradável dever com mulheres e homens, mas, sobretudo, sabe que está iniciando, com aqueles às mãos de quem este livrinho chegar, uma instigante caminhada, cujos passos serão a descoberta e o exercício de uma nova maneira de ver o mundo: sob a ótica de gênero; de novas práticas e valores que propiciarão relações mais igualitárias entre mulheres e homens; a construção daquela sociedade pela qual há tantos anos estamos lutando.

Maria Ricardina S. de Almeida
Presidenta

Índice

I. Introdução	11
II. Entendendo o Gênero: as Palavras e seus Significados	15
O que é Gênero?	15
Trabalhar com Questões de Gênero é a mesma coisa que trabalhar com reflexões homens e/ou mulheres?	17
Formulando Estratégias de Desenvolvimento	18
· “Só mulheres” versus “Abordagens Integradas”	19
· De “Mulheres no desenvolvimento” (WID – Women in Development) para “Gênero e desenvolvimento” (GAD – Gender and Development)	19
III. Nasce-se Mulher: o Gênero é Construído	21
Divisão do Trabalho por Gênero	22
A Dimensão Reprodutiva	23
Divisão do Poder por Gênero	24
IV. Questões Específicas e Distinções Importantes	26
Gênero e o Feminino	26
Violência Contra as Mulheres	26
Direitos Humanos das Mulheres	27
Saúde das Mulheres	27
Planejamento Familiar e Política Populacional	27
Relacionadas, mas não as mesmas	27
Equidade e Igualdade	28
Condição Feminina e Situação das Mulheres	28
Necessidades Práticas e Interesses Estratégicos	29
V. O Desenvolvimento através da Ótica de Gênero	30
Lições Aprendidas	30
Caminhando Adiante	31
VI. Considerações Finais	33
VII. Bibliografia	34

I. Introdução

Imagine, apenas por um momento, que você acorde em um mundo virado de cabeça para baixo, um mundo onde os serviços destinados aos cuidados das crianças estejam localizados no local de trabalho dos pais, onde as estatísticas de fertilidade registrem a média de filhos por homem, onde as mães peçam aos meninos para limpar algo derramado no chão e às meninas para trocar uma lâmpada, onde os noticiários de TV, à noite, mostrem não uma sala de ternos cinza, mas uma onde sobressaem roupas estampadas e na qual estejam reunidas líderes de indústrias.

Você ficaria surpresa?

O ano de 1995 marca o 50º aniversário da assinatura do Preâmbulo da Carta das Nações Unidas que declara que *“Nós, os Povos das Nações Unidas, determinados... a reafirmar a crença nos direitos humanos fundamentais e na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e das nações grandes e pequenas...”*.

No meio século que a isso se seguiu, surgiu uma diferente concepção do mundo, um mundo inesperado e surpreendente sob a ótica daqueles

tempos, assim como as cenas imaginadas acima ainda parecem para nós.

As novas tecnologias revolucionaram nossas vidas e locais de trabalho. Expandiram-se as áreas de pesquisa e de investigação social trazendo novos conhecimentos e novos entendimentos para cada aspecto de nossas vidas.

No entanto, tantas coisas fundamentais continuaram no mesmo: pobreza e opressão, medo e violência estão presentes em todo o mundo. Em muitas partes da Terra, as pessoas vivem em condições piores – e com menos esperanças – que antes.

A crença na possibilidade de uma mudança para melhor é a essência dos trabalhos de desenvolvimento. Mesmo assim, um dos elementos mais resistentes às mudanças tem sido a dificuldade dos planejadores do desenvolvimento e dos formuladores de políticas em reconhecer o papel que a questão de gênero tem nos resultados das iniciativas e intervenções.

As noções sobre o que é adequado para as mulheres e para os homens estão tão fortemente arraigadas nos cenários do desenvolvimento, que se admitem amplamente a persistência e o poder de suas premissas e estereótipos.

Talvez isso não seja uma surpresa, considerando-se o quão profundamente as pessoas – tanto as mulheres quanto os homens, enquanto agentes de desenvolvimento ou individualmente – internalizam premissas de gênero, tomando-as como suas e reproduzindo-as em sua vida profissional e pessoal.

Como este texto procurará explicar, as questões de *gênero* são um componente essencial do processo de desenvolvimento. Mas elas representam claramente muito mais.

Elas tocam – e atingem profundamente – nossas noções individuais de masculinidade e feminilidade, o que é ser masculino ou feminino, como educar e ser educado como menina ou como menino e chegar à idade adulta “envolvida(o)” por uma identidade produzida pela cultura e pela sociedade, impregnada de atributos, privilégios e limitações, baseados no nosso sexo biológico.

Os processos sociais e individuais de aquisição de identidade de gênero são importantes pontos de partida para se enfrentar a idéia corrente de que mulheres e homens são “naturalmente” talhados para certas tarefas e que a biologia é quem melhor define quem deve fazer o quê.

As idéias internalizadas sobre as características femininas e masculinas podem parecer distantes ou mesmo não ter nenhuma relação com as preocupações do trabalho de desenvolvimento.

Esta tem sido a reação de muitos construtores de estradas, planejadores urbanos, pessoas responsáveis pela liberação de recursos e outros profissionais, os quais o INSTRAW – Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço das Mulheres (das Nações Unidas) tem tido a oportunidade de inquirir.

Talvez seja o conhecimento dessa dimensão pessoal que nos ajuda a explicar a resistência e mesmo a hostilidade à introdução da questão de gênero na esfera do desenvolvimento. Outra dificuldade encontrada quanto ao planejamento do desenvolvimento tem sido a visão de que *gênero* é uma matéria para eruditos, especialistas ou simplesmente para mulheres.

É neste ponto que este livro começa.

O INSTRAW, a única agência das Nações Unidas especializada na pesquisa e no treinamento sobre mulheres, defende a introdução de novos sistemas de análise conceitual, pesquisa e metodologia de treinamento. Nossa experiência nessa área tem mostrado que os instrumentos existentes não conseguiram superar os *bloqueios de gênero*. Muitas das atitudes expressadas por profissionais da área de desenvolvimento nos níveis comunitário, nacional e internacional, evidenciaram um abismo entre os conceitos de *gênero* discutidos por especialistas e a aplicação desses conceitos em políticas, programas e no trabalho cotidiano. E é a partir daí que o INSTRAW está interessado em

contribuir para uma maior compreensão do uso dos conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento.

Este trabalho é dirigido a planejadores e formuladores de políticas, que atuam nas organizações governamentais nacionais e internacionais, no setor privado, nas organizações não-governamentais e entidades civis. Temos também a esperança de que este trabalho leve mulheres e homens com responsabilidade nessas instituições a se preocuparem com a questão, uma vez que pretendemos influenciar não apenas políticas e programas mas também pessoas.

Fazer com que a questão de gênero seja considerada é a nossa maneira de dar continuidade à missão da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, refletindo uma nova ética para o desenvolvimento sustentável que tenha como objetivo básico a melhoria de qualidade de vida de todos os seres humanos e sua participação ativa como agentes de mudanças, compatibilizando os objetivos econômicos, culturais e sociais, ajustando o crescimento com a equidade e reforçando a interdependência e a parceria de mulheres e homens.

Para além das nossas competências e mandato institucional, está a comprovada necessidade de se chegar à raiz dos obstáculos invisíveis que inviabilizam tantas iniciativas de desenvolvimento relacionadas com as

mulheres. A ótica de gênero pode provar ser iluminadora de reações inesperadas, como a de um agente de desenvolvimento dinamarquês, trabalhando no Zimbábue, que constatou: "*As meninas estão sempre muito cansadas e não são tão ativas quanto os meninos. Eu nunca questioneei o porquê.*" (Farr e Chitiga, 1991:32)

É este tipo de questionamento e de análise que pode abrir nossos olhos e tornar possível uma mudança positiva. Para isto, estamos fazendo o convite para considerar que, no cerne da relação entre *gênero* e desenvolvimento, existe um mundo de oportunidades iguais, pelo qual todos nós estamos trabalhando.

Use a palavra *gênero* e uma série de questões provavelmente aparecerá: *Gênero* refere-se apenas às mulheres ou também trata de homens? *Gênero* considera todas as mulheres como se fossem iguais? *Gênero* divide homens e mulheres ou os une?

Talvez o caminho mais fácil para se sair dessa confusão seja a compreensão do que *gênero* não é. O termo *gênero* não é sinônimo da palavra *mulher*, como também não é uma forma abreviada para designar *mulheres e homens*.

O uso da palavra *gênero* não é um modo de diferenciar trabalho com mulheres de feminismo, nem uma maneira de disfarçá-lo. *Gênero* não é uma categoria homogênea nem uma categoria exclusiva. *Gênero* não é um

conceito estático, congelado no tempo e no espaço. O estudo das relações de gênero para o planejamento do desenvolvimento não se concentra nos conflitos entre mulheres e homens

a nível individual, ainda que possa levá-los em conta. Tampouco o gênero envolve um determinado movimento social, tal como fazer com que os homens passem a lavar louças...

II. Entendendo o gênero: as palavras e seus significados

O que é gênero?

Gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico de uma pessoa é dado pela natureza; o gênero é construído.

Segundo as palavras de Naila Kabeer, gênero pode ser visto como o *"... processo através do qual indivíduos que nasceram em categorias biológicas de machos ou fêmeas, tornam-se categorias sociais de mulheres e homens pela aquisição de atributos de masculinidade e feminilidade, definidos localmente."* (Kabeer, 1990:9)

Adotar uma perspectiva de gênero é *"... distinguir entre o que é natural e biológico, o que é social e culturalmente construído e, no processo, renegociar as fronteiras entre o natural – e, por isso mesmo, relativamente inflexível – e o social – relativamente transformável."* (Kabeer, 1990:9)

Do mesmo modo que mulheres e homens possuem diferenças sexuais biologicamente determinadas, também lhes foram impostos pela sociedade – geralmente de forma arbitrária –

diferentes papéis, baseados em seus sexos. Este fenômeno é conhecido como *papéis de gênero*: modos de ser e de interagir como mulheres e homens, que são moldados pela história, ideologia, cultura, religião e pelo desenvolvimento econômico. Os papéis de gênero são *aprendidos*. Eles diferem de uma sociedade para outra, de um lugar para outro e variam de acordo com a época.

Características como cabelos compridos, consideradas femininas num determinado momento, podem ser consideradas características masculinas numa outra época.

Fatores passageiros como a moda e tão profundos como as relações desiguais de poder determinam as particularidades dos atributos de gênero, numa dada cultura.

As características sexuais são determinadas no útero, no momento da concepção. A identidade de gênero é desenvolvida durante a infância e na vida adulta. A construção dos papéis e das relações de gênero é um processo permanente. Os pais e as mães, as irmãs e os irmãos, os parentes e os amigos, todos desempenham um papel no reforço ou desestímulo de certos comportamentos para meninos e meninas. As escolas, assim como a mídia e outras instituições próximas aos lares têm esse papel formativo,

transmitindo valores, modelos de papéis e estereótipos de *gênero*.

O ambiente doméstico é frequentemente considerado como a primeira arena das relações de *gênero*. Mas homens e mulheres interagem nos serviços burocráticos, nos negócios, nos partidos políticos e em outras esferas, imbuídos de atitudes, aptidões e condicionamentos que lhes são impostos com base no *gênero*, repetindo e reformulando esses modelos e estereótipos.

Falar sobre *gênero* não implica afirmar que todas as mulheres são iguais. Mas as mulheres compartilham obstáculos, força e experiências que as unem como um grupo, conferindo a elas interesses e necessidades comuns. A categoria de *gênero* pode ser tão útil quanto outras – tais como raça, etnia, classe, casta, nacionalidade, idade ou estado civil – embora estas possam, num determinado contexto, adquirir um significado mais relevante. As formas que a subordinação social e econômica assumem são tão complexas e individualizadas, quanto as pessoas sobre quem recai o seu ônus. Apesar do *gênero* estar sempre presente, tem sido constantemente ignorado.

Em resumo, gênero é um conceito, uma condição, uma categoria e um componente. Mas gênero pode ser usado, também, de diversas outras formas: viés de gênero, neutro em

relação a gênero, sensível a gênero e análise de gênero.

Viés de gênero: refere-se à discriminação que "... vai da exclusão das mulheres dos programas de desenvolvimento, à discriminação salarial e à violência sistemática contra as mulheres."

Segundo Jodi Jacobson, "*Na sua forma mais genérica, (...) expressa-se na alocação altamente desigual dos recursos, sejam estes, alimentos, crédito, educação, emprego, informação ou treinamento.*" (Jacobson, 1992:9)

Neutro em relação a gênero: descreve pessoas ou políticas que falham no reconhecimento do gênero como determinante das opções oferecidas às mulheres e aos homens. Como ilustração, o lar se constitui num verdadeiro local sem visão de gênero, na medida em que os programas frequentemente encaram esta unidade básica de assistência como monolítica, ignorando o fato de que nem todas, nem mesmo a maioria das famílias se enquadram nesta imagem estereotipada de "pai, mãe, filhos" e que os benefícios e as desvantagens do desenvolvimento não são igualmente distribuídos entre todos os seus membros.

O termo *sensível a gênero*, em contrapartida, descreve uma abordagem que considera os fatores enraizados na divisão do trabalho e do

poder entre mulheres e homens e que se utiliza de informações como renda e influência para revelar *quem* se beneficia e *quem* é aliado das ações voltadas para o desenvolvimento.

Análise de gênero: é a sistemática avaliação dos papéis, relações e processos, enfocando as desigualdades quanto ao poder, riqueza e carga de trabalho entre mulheres e homens em todas as sociedades. Aplicada ao processo de desenvolvimento, a análise de *gênero* considera os diferentes impactos que os programas e políticas têm sobre homens e mulheres.

Existem várias maneiras de conduzir a *análise de gênero*, mas as questões básicas a serem colocadas, conforme sugestões da Conferência de Bergen, realizada em 1991, que tratou de Treinamento sobre *Gênero* e Planejamento do Desenvolvimento, são:

- Quem faz o quê?

(divisão do trabalho entre mulheres e homens no sistema a ser analisado);

- Quem possui o quê?

(acesso à propriedade, titularidade e direitos de decisão sobre recursos públicos e privados no sistema em questão);

- Quais os fatores que influenciam a organização de gênero?

(identificação de fatores – cultura, legislação, economia e propostas políticas – que influenciam essa organização de *gênero*);

- Como os recursos públicos e privados são distribuídos e quem recebe o quê?

(quais estruturas institucionais são utilizadas, seus graus de equidade e eficiência e como fazê-las responder mais eficazmente às necessidades dos homens e das mulheres).

Trabalhar com questões de gênero é o mesmo que trabalhar com reflexões sobre os homens e/ou as mulheres?

Trabalhar com as mulheres não significa automaticamente que considerações de *gênero* estejam sendo incluídas. Apesar das relações de *gênero* estarem sempre presentes, levá-las em consideração requer um interesse especial na sua apreciação. Realmente, muitos trabalhos de desenvolvimento com mulheres ignoram essas preocupações de *gênero*, ao supervalorizar os papéis

reprodutivo e doméstico das mulheres e a sua “guetização” em atividades consideradas, tradicionalmente, como femininas.

Mas também as questões de *gênero* não estão necessariamente atendidas quando os homens se tornam datilógrafos e quando as mulheres rompem barreiras consideradas “telhado de vidro”. *“Trocar um papel de gênero de um para outro sexo, não significa, por si só, um sinal de conscientização de gênero”*, escrevem Ellen Farr e Rudo Chitiga. *“Homens e mulheres podem executar diferentes tipos de trabalhos e serem iguais, como também podem desempenhar funções idênticas e serem desiguais. O problema não se refere tanto sobre quem faz o quê, mas quem define os papéis do outro e se, tanto homens quanto mulheres, têm escolha”*. (Farr e Chitiga, 1991:25)

A confusão quanto à terminologia mulher/*gênero* é compreensível na medida em que reflete uma mudança gradual do foco *sobre a mulher* para o foco *sobre gênero*, sobre o que muito se tem debatido.

No próprio INSTRAW, os termos *gênero e mulheres* têm sido usados de diferentes maneiras no decorrer do

tempo, evoluindo a partir de novos conhecimentos adquiridos através da experiência. Proponentes do foco *em gênero* sustentam que a discussão sobre mulheres, implicitamente, envolve mulheres, homens e o relacionamento entre ambos, e que a terminologia de *gênero* apresenta melhores possibilidades de influenciar “the mainstream”.¹ Outros acreditam que o termo *mulheres* deve ser usado porque as mulheres, há muito tempo, têm sido ignoradas e que a mudança para o termo *gênero* tiraria as mulheres do centro das atenções.

Acreditamos que os dois pontos de vista são válidos e que a resposta se encontra não em “*um ou outro*” mas em “*um e outro*”.

Esta concepção de *gênero* tem se mostrado essencial para os objetivos de análise. Mas a terminologia *mulheres*, com suas diversas variáveis descritivas (ex: mulheres idosas, pobres, de raça/etnia diferentes) continua sendo útil.

Formulando estratégias de desenvolvimento

A discussão da terminologia transcende a semântica, quando colocada em prática no campo do

¹ NOTA DA REVISORA: Poderíamos traduzir como “correntes de opinião” ou mesmo “população-alvo”.

desenvolvimento. Muitos modelos e estratégias diferentes têm sido usados, ao longo dos anos, para ajudar no desenvolvimento das mulheres. Todos têm apresentado benefícios e deficiências.

- **Só para mulheres versus abordagens integradas**

Os projetos que adotam a abordagem "só para mulheres" canalizam recursos especiais para mulheres, de modo a evitar que os interesses das mulheres sejam diluídos em programas gerais. Esta metodologia estimula as mulheres a expressar seus conhecimentos, necessidades e planos, sem a interferência de homens. Por outro lado, programas integrados procuram atingir as mulheres sem isolá-las ou sem reforçar a discriminação. Esta abordagem opera com a premissa de que, envolvendo os homens na promoção dos interesses das mulheres, a realização de ajustes e compromissos que os homens podem ser chamados a fazer, se dê de uma forma mais fácil. Este método opera com a crença que ambos, mulheres e homens, devem participar do processo do seu próprio desenvolvimento e que a consonância de seus interesses deve ser enfatizada.

- De "Mulheres no desenvolvimento" (WID – Women in Development) para "Gênero e desenvolvimento" (GAD – Gender and Development)

A ineficácia dos esforços do desenvolvimento para reverter a *feminização da pobreza*² deu origem à estratégia chamada de Mulheres no Desenvolvimento (WID). Embora a abordagem WID tenha tido sucesso em chamar a atenção para múltiplas dimensões dos papéis das mulheres e os impactos positivos da inclusão das mulheres no desenvolvimento, ela não foi capaz de garantir o acesso das mulheres aos benefícios gerados pelo desenvolvimento. De fato, a proposta WID freqüentemente se mostrou contraproducente, gerando novas responsabilidades e restringindo ainda mais o tempo livre das mulheres.

As atividades de Mulheres no Desenvolvimento tenderam a enfocar, exclusivamente, um ou outro papel, ignorando como esses papéis eram articulados, subestimando as relações sociais e de poder entre mulheres e homens.

É lógico que, para ser efetivo, um novo paradigma de desenvolvimento,

² **NOTA DA REVISORA:** Para algumas feministas, esta expressão reforça estereótipos sexistas. Seria preferível utilizar a expressão: "empobrecimento das mulheres"

conhecido como abordagem Gênero e Desenvolvimento (GAD) deveria crescer incorporando essa dimensão.

Ao mesmo tempo, a comunidade de pessoas e instituições que trabalham com o desenvolvimento começou a concentrar-se na questão do “empowerment”³ como medida corretiva para as abordagens assistencialistas que consideravam as mulheres como um grupo dependente, vulnerável ou em situação de desvantagem. O “empowerment” é

uma ferramenta para a construção da autoconfiança, que ressalta a capacidade humana de promoção do autodesenvolvimento, sempre que existir apoio adequado e ambiente propício. Essa nova direção traz consigo uma crescente conscientização de que os esforços, tanto das mulheres quanto dos homens, são necessários para tornar realidade uma nova agenda do desenvolvimento sustentável, centralizado “nas pessoas” (em oposição ao desenvolvimento centralizado “na economia”).

³ NOTA DA REVISORA: “Empowerment” é um velho conceito adaptado a novos tempos e a novos temas e ainda não tem uma boa tradução. Especificamente ligado à questão de gênero, “empowerment”, não é uma outorga ou investidura de poder, não é algo que se dê, pois a decisão de se envolver é do indivíduo. Promover o “empowerment” não é forçar uma mudança: é propiciar condições para que as transformações ocorram. “Empowerment” é um processo complexo de crescimento individual e de grupo na direção da autonomia na busca de solução para os problemas: é a preparação para o exercício da cidadania no seu sentido mais amplo. Elementos como motivação, compreensão das relações de gênero e suas conseqüências, desbloqueio do medo, o vencer das próprias resistências, desenvolvimento da autoconfiança e da percepção da capacidade de mudar relacionamentos, desenvolvimento da capacidade de enfrentar desafios e eliminação da mentalidade vítima contribuem para construir o conceito de “empowerment”.

III. *Nasce-se mulher: o gênero é construído*

O processo de construção do gênero no mundo de hoje não é simplesmente um “*processo de diferenciação de gênero, produzindo papéis de gênero, ‘distintos, porém iguais’, para mulheres e homens*”, escrevem Diane Elson e Ruth Pearson (1981:151). “*Mais precisamente, é um processo de subordinação das mulheres enquanto um gênero*”. (Whitehead, 1979, citada por Elson e Pearson, 1981:151)

A análise de gênero chama a atenção para certos pontos estabelecidos neste processo. Enquanto questões como divisão do trabalho, divisão do poder, relações entre os papéis produtivos e reprodutivos das mulheres, há muito têm sido assunto de preocupação de estudiosos de várias disciplinas, somente agora estão sendo introduzidas como fatores de análise pelos planejadores do desenvolvimento.

O centro dessa discussão é o reconhecimento de que as diferenças biológicas entre mulheres e homens são usadas como justificativa para a discriminação das mulheres. A capacidade biológica das mulheres de gerar filhos é colocada como um fundamento lógico para circunscrever as suas atividades à esfera doméstica, exigindo que desempenhem certas

tarefas e determinando que tipo de atividades elas podem exercer fora do ambiente doméstico.

Embora as mulheres se tornem mães e os homens, pais, só as mulheres são fortemente limitadas pela sociedade em termos de seus papéis como mães, sendo freqüentemente ignoradas suas necessidades enquanto pessoas. Além disso, o fato de muitas mulheres desempenharem trabalhos árduos, reconhecidos como de homens, contradiz o conceito de “sexo frágil” que o senso popular tem sobre as mulheres.

Conforme observação de Maureen Mackintosh, “*o fato das mulheres terem os filhos não justifica que elas sozinhas tenham que cuidar deles durante a infância. Tampouco justifica que as mulheres tenham que também se ocupar da alimentação e do cuidado dos adultos, de cuidar dos doentes, de se encarregar de certas atividades agrícolas ou de trabalhar na indústria eletrônica*” (Mackintosh, 1981:3)

O fato é que a diferença sexual é usada para, arbitrariamente, limitar a autonomia feminina, suas atividades econômicas e o acesso ao poder político. Essas relações sociais, que dividem os sexos, propiciam diferentes oportunidades para homens e mulheres. A sociedade é estruturada

de tal forma que a experiência das mulheres é permeada de desvantagens.

Em todo o mundo, as mulheres enfrentam obstáculos estruturais, restrições legais, sociais e culturais que se traduzem em discriminação, marginalização e subordinação, tanto visíveis quanto invisíveis. Ou, como Gertrude Mongella, Secretária Geral da IV Conferência sobre a Mulher afirmou: “*Os problemas das mulheres não diferem de país para país. Diferem apenas de intensidade.*” (Nações Unidas, 1994:3)

Divisão de trabalho por gênero

O que tem sido tradicionalmente denominado *divisão sexual do trabalho* corresponde, na emergente linguagem de gênero, à *divisão do trabalho por gênero*. A mesma terminologia atual pode ser aplicada ao conceito analítico da *divisão sexual do poder* ou à divisão das relações de poder *por gênero*.

A análise da *divisão do trabalho por gênero* não enfoca apenas a questão de quem faz o quê e por quanto, mas como as tarefas são atribuídas e como recompensas e recursos são distribuídos. Ela ainda examina os laços existentes entre essas divisões e os relacionamentos de autoridade, de tomada de decisão e de controle, em todas as etapas do processo de

produção e do processo de distribuição. Enquanto a divisão do trabalho entre mulheres e homens se modifica de acordo com a cultura e a época (em si mesmo, um argumento convincente de que a divisão não é “natural”, mas determinada pela sociedade), o trabalho das mulheres continua recebendo uma remuneração menor e é menos valorizado do que o dos homens que é, via de regra, mais bem pago, mais prestigiado e tem mais probabilidade de ser contabilizado nas contas nacionais. O trabalho das mulheres tende a ser temporário, mal remunerado ou mesmo sem qualquer remuneração.

O modo como os *papéis de gênero* são organizados na sociedade ajuda a explicar os tipos de empregos criados para mulheres. O emprego das mulheres – remunerado ou não – tem crescido em todo o mundo, mas muito desse crescimento reflete, por exemplo, a expansão internacional das Zonas de Processamento de Exportação, constituídas com base em empregos de baixa remuneração e com necessidade de “dedos ágeis”, como nas indústrias têxtil e de montagem eletrônica. Os empregadores preferem as mulheres nesses tipos de trabalho por uma série de razões discriminatórias, resultantes de um viés de gênero: as mulheres são, de modo geral, consideradas menos qualificadas e aceitam salários menores. As mulheres são consideradas mais dóceis e menos predispostas a se organizarem em função de seus direitos trabalhistas.

Considera-se que as mulheres sejam mais adaptáveis às tarefas monótonas, sedentárias e de precisão, devido à sua própria natureza e ao condicionamento doméstico.

Apesar de sua crescente participação no mercado de trabalho, a produtividade feminina está freqüentemente escondida nas casas, nos campos e no setor informal. Como resultado, as múltiplas contribuições das mulheres para a economia não se refletem inteiramente nas contas nacionais. Não contempladas pelas estatísticas, elas são, então, ignoradas na elaboração do planejamento e das políticas. Para evitar isso, a produtividade feminina precisa se tornar visível, bem como adquirir valor econômico. Ambos os passos exigem uma nova visão quanto ao significado e mensuração da produção.

São necessários esforços especiais para que sejam superados os estereótipos com relação às aptidões profissionais atribuídas a mulheres e homens. Com que freqüência, nos projetos, a parte “técnica” é elaborada pelos homens e a “social” pelas mulheres?

Idéias preconcebidas sobre “trabalho de mulher” são fatores responsáveis pela limitação das oportunidades de emprego para mulheres, restringindo-as, por exemplo, a tarefas relativas à cozinha e à limpeza. Treinamento vocacional, técnico, científico e profissionalizante é crucial para abrir oportunidades às mulheres e romper os modelos tradicionais.

Um clichê, no entanto, ainda é verdadeiro: “*o trabalho das mulheres nunca termina*”.

As mulheres, empregadas ou não, precisam ser aliviadas da carga não-dividida e não-remunerada dos trabalhos domésticos. É preciso que posturas mais abertas sobre o trabalho das mulheres e dos homens sejam difundidas e cheguem à esfera doméstica.

Tais comportamentos precisam ser apoiados por políticas governamentais que ofereçam acesso à infra-estrutura (como eletricidade, saneamento básico, saúde, educação, serviços de cuidados com as crianças), bem como a outros serviços básicos, de modo a aliviar as responsabilidades domésticas de mulheres e homens.

A dimensão reprodutiva

A análise de gênero revela a necessidade de tornar visíveis as relações existentes entre as tarefas de produção e de reprodução. Partindo-se do ponto de vista da vida das mulheres e da sobrevivência familiar, as atividades de reprodução da espécie humana não estão limitadas apenas à geração, mas incluem criar os filhos, cuidar e alimentar a família, educar, cuidar dos doentes, carregar água, cultivar alimentos, oferecer abrigo, segurança e outras responsabilidades afins.

De acordo com a Divisão das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres, pesquisadores do WID consideram que o “*não reconhecimento das atividades de reprodução humana*” e, mais especificamente, a falta de “*uma articulação racional, organizada e legítima*” entre a produção e a reprodução. “*é o fundamento da maioria das manifestações de desigualdades de gênero*”

A visão abrangente das atividades de reprodução humana é um excelente ponto de partida para a elaboração de estratégias de desenvolvimento, sensíveis à questão de gênero. A partir do entendimento de que produção e reprodução estão interligadas na vida das mulheres, será possível ajudar reverter a situação atual, removendo-se muitos dos obstáculos que bloqueiam os caminhos para uma equitativa distribuição dos benefícios gerados pelo desenvolvimento.

Divisão do poder por gênero

O acesso das mulheres ao poder político e econômico está longe de corresponder às suas necessidades, contribuições e sua proporção no contingente populacional. A participação das mulheres no processo de tomada de decisões é muito inferior à dos homens, em qualquer nível: do coletivo (nos parlamentos,

conselhos, associações e sindicatos) ao individual (nos locais de trabalho ou entre casais); dos lugares onde as mulheres são sub-representadas, àqueles onde as mulheres são maioria (associações comunitárias ou profissionais), mas onde, no entanto, suas opiniões têm menor peso.

O exercício da autoridade masculina é tão universal que chega a ser aceito por muitas mulheres e homens como “natural”. Mas, embora frequentemente reforçada pela força física, a autoridade não é um atributo biológico. É um comportamento aprendido, um privilégio, uma recompensa, uma conquista legítima ou arbitrária, dada ou tomada. Os homens são socializados para exercê-la; as mulheres são socializadas para se submeter a ela.

As manifestações das relações assimétricas de poder entre mulheres e homens são visíveis em todos os lugares.

Existem poderes “*de fato*”, tais como o privilégio masculino na sociedade e na tradição. Existe o viés masculino inerente em algumas instituições, como nas forças policiais, nos tribunais e nas casas legislativas; existe a legitimação ideológica da subordinação feminina na educação e na cultura; existem desequilíbrios “*de direito*”, institucionalizados nas leis discriminatórias sobre propriedade e direitos de herança. Isso decorre do fato dessas leis e estruturas legais

terem sido criadas por homens, a partir de suas próprias iniciativas e para proteger seus próprios interesses.

"É muito mais fácil pensar no poder como uma característica de raça, de casta ou de relações de classes, do que como de relações entre homens e mulheres, particularmente entre os membros de uma mesma família", escreve Kabeer. "Mas a crescente

documentação sobre violência contra as mulheres, tanto dentro quanto fora de casa, os espancamentos domésticos, os estupros, os abusos de crianças e a maternidade forçada, sugerem que o poder não é apenas uma característica das relações de gênero bastante difundida, mas que frequentemente assume uma forma altamente coercitiva" (Kabeer, 1990:9)

IV. Questões específicas e distinções importantes

Já observamos que trabalhar com mulheres não é necessariamente equivalente a trabalhar com gênero. Mas, ao promover a discussão de determinadas “questões das mulheres”, muito evidentes, o movimento internacional de mulheres tem conseguido, cada vez mais, maior aceitação, ao colocar a perspectiva de gênero em vários temas particularmente associados às mulheres. Alguns desses temas serão descritos resumidamente a seguir.

Gênero e o feminino

A violência contra as mulheres

Pesquisas recentes e atividades desenvolvidas nesta área têm tornado claro que, apesar de todas as pessoas enfrentarem ameaças relativas à sua segurança pessoal, a violência tem um gênero. Independentemente do fato de a vítima ser do sexo feminino ou masculino, em geral, aqueles que praticam atos de violência são do sexo masculino.

Homens e mulheres experimentam a violência de formas distintas, com um tipo de consequência freqüentemente determinado pelo sexo da vítima. Os agentes da violência são freqüentemente motivados por questões de gênero, tal como a

necessidade de reforçar o poder masculino. Por essas razões, muitos especialistas das Nações Unidas adotaram o termo “violência contra as mulheres baseada no gênero”.

A violência contra as mulheres baseada no gênero ocorre em todas os níveis da sociedade: nos lares, nos locais de trabalho (freqüentemente sob a forma de assédio sexual), nas ruas, nos conflitos internacionais (estupro como arma da guerra). O planejamento do desenvolvimento e a formulação de políticas devem começar a levar em consideração o fenômeno amplamente generalizado da violência contra as mulheres. Essa postura é válida para projetos e programas tanto nas esferas mais óbvias (bem-estar da família, prevenção de crimes) como em outras áreas onde essa relação pode não ser imediatamente tão evidente, como na geração e localização de novos empregos; no transporte e planejamento urbano; no planejamento familiar; nas políticas de ajuste estrutural que têm rebaixado os níveis de sobrevivência familiar e acentuado as tensões familiares; nas atividades internacionais para a manutenção da paz e nos serviços de atendimento a refugiados.

Medidas de proteção e prevenção devem ser implementadas em vários níveis: na proposta dos serviços comunitários que atendam às vítimas e

identifiquem os agressores, em vez de dar, apenas, uma assistência silenciosa; na implementação de políticas educacionais que não legitimem o comportamento violento; no monitoramento da mídia, de modo a combater o sensacionalismo e a pornografia; e no exame de questões internacionais, como a migração, a exploração econômica e o tráfico de mulheres.

Direitos humanos das mulheres

Enfatizar os direitos humanos das mulheres tem tornado possível que a garantia dos direitos humanos penetre na esfera privada e doméstica, de onde os mesmos têm sido, tradicionalmente, banidos.

Não obstante os direitos humanos serem considerados universais há várias décadas, só agora a sua dimensão “de gênero” tem sido reconhecida, o que vem exigindo a criação de mecanismos específicos para que essa proteção possa ser estendida às mulheres. Um melhor entendimento dessa necessidade foi a principal conquista da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993.

Saúde das mulheres

Até mesmo os cuidados com a saúde da mulher podem apresentar um viés de gênero. Os serviços de saúde podem enfatizar demasiadamente o planejamento familiar e os cuidados de

saúde materna e, ao mesmo tempo, negligenciar outras questões relativas à saúde das mulheres, tais como os espancamentos domésticos, o envelhecimento, a saúde mental e as pesquisas sobre as diferentes maneiras pelas quais mulheres e homens são afetados pelas doenças.

Planejamento familiar e política populacional

O viés de gênero é visível na ênfase quase exclusiva que se dá ao uso de contraceptivos pelas mulheres, ignorando o papel reprodutivo dos homens. Isto provoca uma repercussão negativa no desenvolvimento e na promoção de métodos contraceptivos masculinos. Os programas e políticas de planejamento familiar podem também falhar no reconhecimento da extensão do poder masculino sobre as decisões das mulheres, relativas à reprodução.

Alguns analistas citam o viés de gênero como um fator fundamental para o rápido crescimento populacional, argumentando que, nas regiões onde as mulheres têm pequeno acesso aos recursos de produção ou ao controle sobre a renda familiar, elas dependem dos filhos para garantir a segurança econômica.

Relacionadas, mas não as mesmas

Na aplicação dos conceitos de gênero no trabalho de desenvolvimento, nós

percebemos a necessidade de clarificar certas definições e estabelecer distinções.

Eqüidade e igualdade

O dicionário Oxford da Língua Inglesa define “eqüidade” como “*justiça*” e “igualdade” como “condição de ser igual”.⁴

Porém, estas duas palavras são freqüentemente usadas como se tivessem o mesmo significado, apesar da importante diferença de sentido que elas contêm.

O termo “eqüidade” refere-se a uma situação de equilíbrio na qual as diferenças são compensadas. Diferentes trajetórias, tais como ter nascido mulher, ou pobre, ou membro de um grupo racial oprimido – podem tornar necessárias legislações de proteção ou de compensação. Para propiciar oportunidades iguais, pode ser necessário que as leis, os costumes e os hábitos sejam reformulados.

A igualdade quanto ao gênero requer mudanças que afetam não apenas o modo como as mulheres trabalham, vivem e cuidam de suas famílias, mas

também como os homens se envolvem nesses processos.

Condição feminina e posição das mulheres

Outras distinções são também úteis na avaliação do impacto de iniciativas de desenvolvimento, direcionadas às mulheres. Uma delas é a diferença entre condição feminina e posição das mulheres.

A condição feminina refere-se ao contexto material que define a situação feminina: pobreza, falta de acesso à educação, falta de treinamento, excessiva carga de trabalho, etc.

A posição das mulheres refere-se ao status social e econômico das mulheres em relação aos homens.

A maior parte dos trabalhos de desenvolvimento, que trata das mulheres, aborda as condições femininas, enfatizando o atendimento às necessidades mais imediatas tais como o acesso ao crédito, aos serviços básicos, à habitação e atenção às suas responsabilidades enquanto mães.

Ainda que a satisfação dessas necessidades seja de fundamental importância do ponto de vista de gênero, elas estão longe de serem

⁴ NOTA DA REVISORA: a) No Brasil, segundo Aurélio B. Holanda, “eqüidade” é a “disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um; igualdade”. “Igualdade” é “qualidade ou estado de igual; paridade; eqüidade”. b) **Dicionário Analógico da Língua da Portuguesa** (Francisco Ferreira dos Santos Azevedo): Eqüidade tem analogia com justiça; o que deve ser; (que está) em conformidade com o direito, lógica, razão, bom senso. Igualdade tem analogia com equivalência, similaridade, equipolência, refere-se ao que é natural, idêntico.

suficientes. A atenção restrita à melhoria de condições de vida das mulheres pode reforçar os padrões que perpetuam as desigualdades. De fato, conforme observado pela Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (1991), as políticas e os programas implementados com o objetivo de melhorar apenas as condições materiais podem não apenas deixar de atingir aqueles objetivos, mas podem, perversamente, agravar a situação das mulheres.

Necessidades práticas e interesses estratégicos

Uma explicação para esse resultado contraditório pode ser encontrada na diferenciação entre as necessidades práticas das mulheres e os seus interesses estratégicos.

As necessidades práticas das mulheres geralmente têm origem nos papéis de gênero existentes, que lhes são impostos pelos modelos tradicionais de divisão do trabalho. Muitas dessas necessidades são voltadas para a sobrevivência da família: o acesso à água, saneamento básico, empregos, etc. A maioria das iniciativas de desenvolvimento direcionadas ao público feminino tem

o objetivo básico de satisfazer necessidades práticas.

Ao contrário, os interesses estratégicos contestam os papéis de gênero e os estereótipos existentes, baseados na premissa de que as mulheres estão numa posição de subordinação em relação aos homens, como consequência da discriminação social e institucional das mulheres.

O atendimento às necessidades práticas também pode suscitar a consideração sobre os interesses estratégicos. No entanto, satisfazer apenas as necessidades práticas reproduz a divisão do trabalho e do poder, responsável pela manutenção do status quo: fornecer sementes para que mulheres cultivem hortas orgânicas pode ajudar a preservar o meio ambiente e melhorar a dieta familiar, mas não modifica a situação relativa das mulheres responsáveis pelo cultivo dos alimentos.

Os interesses estratégicos de gênero buscam atingir outros objetivos, como a igualdade política entre mulheres e homens, a eliminação das formas institucionalizadas de discriminação das mulheres, a extinção da divisão sexual do trabalho, a liberdade quanto à opção reprodutiva e a prevenção da violência contra a mulher.

V. *O desenvolvimento através da ótica de gênero*

A questão da igualdade de gênero tem de ser colocada logo de início, juntamente com a questão do desenvolvimento. Se quisermos que as iniciativas para atingir a igualdade de gênero tenham a prioridade e os recursos necessários, não podemos deixar que sejam tratadas como uma idéia de última hora.

A perspectiva de gênero já teve um impacto na reestruturação das Nações Unidas. O novo Departamento de Coordenação das Políticas e do Desenvolvimento Sustentável, criado em 1993, tem como uma de suas principais tarefas garantir uma política integrada de desenvolvimento, parte da qual enfoca as questões econômicas, sociais e ambientais através da ótica de gênero.

Lições aprendidas

Uma explicação para este novo enfoque sobre gênero está nas lições aprendidas através dos anos. Dentre estas lições, a mais importante foi a de que, *a não ser que as relações de gênero em qualquer área sejam consideradas, o planejamento tenderá a se basear em concepções imperfeitas*. Duas premissas, implícitas na prática tradicional de desenvolvimento, se mostraram falsas. Uma, que dentro da sociedade, o

crescimento econômico é neutro em relação ao gênero, com mulheres e homens dele se beneficiando com igualdade.

Outra, que dentro dos locais de moradia, os impactos do desenvolvimento são distribuídos igualmente independentemente do gênero. Os benefícios do desenvolvimento não necessariamente satisfazem mulheres e homens, tal como a teoria de “trickle down” ou de “trickle across”.⁵

Aqui estão algumas dessas novas concepções:

- As estratégias de desenvolvimento não são neutras quanto ao gênero, mesmo quando são planejadas como assim o fossem. Não reconhecer o viés de gênero só o reforça.
- As políticas públicas não afetam de maneira igual mulheres e homens. Pensar de outro modo reduz a eficácia das medidas que podem fortalecer o status da mulher.
- As ações para o avanço da condição feminina e da situação das mulheres devem ir além do atendimento às necessidades práticas.

⁵ NOTA DA REVISORA: “Trickle down” é uma teoria econômica que diz que os benefícios concedidos às grandes empresas serão, por sua vez, repassados às pequenas empresas e aos consumidores.

- ❑ O “empowerment” da mulher é um complemento necessário para as estratégias de desenvolvimento, sensíveis a gênero.
- ❑ O desenvolvimento sustentável depende de estratégias de desenvolvimento que considerem as mulheres como agentes sociais ativas e não enquanto grupo incapaz.
- ❑ A legislação sobre a igualdade dos direitos e os mecanismos para implementá-la não erradicarão as desigualdades e nem garantirão distribuição igualitária dos benefícios do desenvolvimento, se não vierem acompanhados de transformações nas atitudes e comportamentos.
- ❑ Criar condições para que as mulheres sejam estimuladas a identificar suas próprias necessidades, estratégias e soluções. A abordagem do “empowerment” pode ser uma ferramenta valiosa nesse sentido.
- ❑ Considerar a urdidura da vida das mulheres, que encerra uma variedade de atividades de produção e de reprodução, constantemente ignoradas pelo planejamento setorializado.
- ❑ Levar em consideração a violência de gênero contra a mulher no desenho de políticas e programas. Incorporar mecanismos de prevenção contra a opressão e o abuso de poder nas iniciativas de desenvolvimento.

Caminhando adiante

A análise de gênero deve ser uma característica permanente do processo de desenvolvimento. Devem ser feitas, em todas as etapas, avaliações sobre como uma determinada atividade, decisão ou plano irá afetar homens e mulheres.

Listamos a seguir algumas das muitas maneiras de realizar isto:

- ❑ Ouvir as mulheres. Não ignorar, desconsiderar ou minimizar suas informações e observações como se fossem “lamentações de mulheres”.
- ❑ Estender as análises das relações de gênero além do círculo familiar e comunitário, para fazê-las chegar a outras esferas, tais como órgãos legislativos, instituições internacionais e o mercado global. Tratar o processo de transformação das relações de gênero em todos os níveis: doméstico, comunitário, nacional e internacional.
- ❑ Tomar visível o trabalho produtivo das mulheres, pela utilização de novas maneiras de identificar e de mensurar sua contribuição, tais como a produção de dados

diferenciados por sexo, defendida pelo INSTRAW e outras agências das Nações Unidas. Usar a análise comparativa para expor as desigualdades econômicas e sociais baseadas no gênero.

- Examinar o viés de gênero no comportamento pessoal e questionar as concepções internalizadas sobre os papéis sociais dos homens e das mulheres.

VI. *Considerações finais*

As relações de gênero são dinâmicas e não evoluem com uma velocidade determinada ou em uma única direção. Suas manifestações atuais podem ser exacerbadas, enfraquecidas ou reformuladas e estas tendências não são mutuamente exclusivas.

Tem sido constante através dos tempos a influência permanente desses processos sobre a formação dos homens e mulheres.

A análise dos diferentes impactos do

desenvolvimento sobre mulheres e homens sob a ótica de gênero não gera conflitos, mas, sim, pode ajudar a identificá-los e solucioná-los.

O objetivo é dar origem a uma transformação positiva, dar um passo à frente em direção à caminhada para um novo tempo, em que publicações como esta sejam vistas como um anacronismo, porque todas as pessoas estarão tendo oportunidade de se tornarem não o que a sociedade ou parte dela determina, mas o que elas próprias – mulheres e homens – escolherem para si mesmas.

VI. *Bibliografia*

Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP). "Guidelines for Integrating Women's Concerns into Development Planning in Asia and the Pacific." United Nations, Bangkok, 1991.

Economic and Social Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). "Programa de Acción Regional para las Mujeres de América Latina y el Caribe: 1995-2001."

Elson, Diane and Pearson, Ruth. "The Subordination of Women and the Internationalisation of Factory Production." In: *Of Marriage and the Market*. (Eds.) Young, Kate; Wolkowitz Carol; and McCullagh, Roslyn. London. 1981.

Farr, Ellen and Chitiga, Rudo. "Halo – Is Gender There? A Study on Gender Awareness in the MS Programme in Zimbabwe" – March 1991.

Jacobson, Jodi L. "Gender Bias: Roadblock to Sustainable Development." *Worldwatch Paper* 110. Worldwatch Institute Washington, D.C. September 1992.

Kabeer, Naila. "Gender, Development and Training: Raising Awareness in Development Planning." Paper presented to the National Labour Institute/Ford Foundation Workshop on Gender Training and Development. Bangalore, 29 November – 6 December, 1990, In: GADU Newspank No. 14, Oxfam. Oxford.

Mackintosh, Maureen. "Gender and Economics: The Sexual Division of Labour and the Subordination of Women." In: *Of Marriage and the Market*. (Eds.) Young, Kate; Wolkowitz, Carol; and McCullagh, Roslyn. London. 1981.

- Moser, Caroline O.N. "La Planificación de Género en el Tercer Mundo: Enfrentando las Necesidades Prácticas y Estratégicas de Género." In: *Una Nueva Lectura: Género en el Desarrollo*. (Eds.) Guzmán, Virginia; Portocarrero, Patricia; and Vargas, Virginia. Entre Mujeres. Lima. 1991.
- Paredes, Ursula. "Gender Training for Planning: A Methodological Approach." Paper presented at "Tools for Trainers Workshop." The Netherlands, June 6-12, 1993.
- Parker, A. Rarli. *Another Point of View: A Manual On Gender Analysis Training for Grassroots Workers*. New York: UNIFEM, 1993.
- Rao, Aruna; Feldstein, Hilary; Cloud Kathleen and Staudt, Kathleen. *Gender Training and Development Planning: Learning from Experience*. Conference Report, Bergen, Norway, May 1991.
- Rocheleau, Dianne. "Women as Farmers in the Rural Landscape: Lessons from Kenya." In: Proceedings of the International Conference on Women and Biodiversity. (Eds.) Borkenhagen, Lea and Abramovitz, Janet. Kennedy School of Government, Harvard University. Cambridge. October 4-6, 1991.
- Seed, Jan. "Gender Training.", GADU *Newspack* No. 14. Oxfam.
- United Nations. Commission on the Status of Women. Joint Statement on the Platform for Action of the Eighteenth Ad Hoc Inter-Agency Meeting on Women to the Thirty-Eighth Session of the Commission on the Status of Women. New York, 9 March 1994.

United Nations. Division for the Advancement of Women.
“Preliminary Version of the 1994 World Survey on the
Role of Women in Development.”

United Nations. Division for the Advancement of Women.
Report “Expert Group Meeting on Measures to Eradicate
Violence Against Women.” Department for Policy Coordination and Sustainable
Development. MAV / 1993.1.8
October 1993.

United Nations. INSTRAW. “The Development of Thought
on Gender and Women in Development (WID): Towards
a New Paradigm.” (Eds.) Blumberg, Rae L. and Knudson,
Barbara. In: *Gender Training Portfolio*. Santo Domingo. 1993.

United Nations. “Conference to Set Women's Agenda into
Next Century.” DPI/1424. December 1993.

United Nations. “Changing the Status Quo: The United Nations'
Work for Women.” DPI/1191. May 1992.

United Nations. “The Quest for Women's Rights.” DPI/1144.
July 1991.

Young, Kate. “Reflexiones sobre Cómo Enfrentar las
Necesidades de las Mujeres.” In: *Una Nueva Lectura:
Género en el Desarrollo*. (Eds.) Guzmán, Virginia;
Portocarrero, Patricia; and Vargas, Virginia. Entre Mujeres.
Lima. 1991.

Governo do Distrito Federal

GOVERNADOR: Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque

VICE-GOVERNADORA: Arlete Avelar Sampaio

SECRETÁRIO DE GOVERNO: Swedenberger do Nascimento Barbosa

Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal

PRESIDENTE: Maria Ricardina Sobrinho de Almeida

VICE-PRESIDENTE: Regina Célia Adami Santos

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Lucimar Alves Martins

Fórum Nacional de Dirigentes de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher

COORDENADORA-GERAL: Maria Ricardina Sobrinho de Almeida

COORDENADORA: Maria Amélia Lima Freire

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e das Minorias
de Natal – Rio Grande do Norte

COORDENADORA: Anna Maria Rattes

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro-RJ

Blank lined paper with horizontal ruling lines.

 **Stephanie**
Gráfica e Editora Ltda.
SIG - Quadra 06 - Lote 1485
Fone: 344-1462 - Telefax: 344-1140
Brasília-DF

Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal
Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher
SBS – Quadra 01 – Bloco E – Ed. Brasília – 5º Andar
CEP 70.072-900
Tels.: (061) 226-1634 / 217-8040 / 217-8008
Fax: (061) 322-3067
Brasília/DF – Brasil